



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, REALIZADA EM QUINZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZENOVE

5 Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e dezanove, às doze horas e dezoito minutos, no Auditório II, do *campus* Maracanã do CEFET/RJ, foi realizada a terceira sessão ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), presidida pelo Vice-Diretor-Geral, Professor Maurício Saldanha Motta, com a presença dos conselheiros: Dayse Haime Pastore; Pedro Manuel C. Lopes Pacheco; Myrna da Cunha; Inessa Laura Salomão; Bernardo José Lima Gomes;

10 Alexandre Martinez dos Santos; Hilário A. R. Gonçalves; Marcia Rosa Carvalho Gomes; Flavia Rodrigues de Lima; Célia Machado G. Souza; Augusto da Cunha Reis; Christian Vincenzi Nunes; Welerson F. Kneipp; Angelo Marcio da Silva; João Terêncio Dias; Maria Alice Caggiano de Lima; Renato Lanna Fernandez; Manuel J. de C. Lourenço; Gilberto Alexandre Castello Branco; Ana Clara da Cunha F. Leite; Felipe Gonçalves Felix; Alberto Boscarino; Bianca Tempone e Luane

15 Fragoso. Ausência justificada: Fabiano Alves de Oliveira. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente deu posse aos conselheiros suplentes Augusto da Cunha Reis e Christian Vincenzi Nunes. Dando início ao Expediente Inicial, **Item 1.1 Aprovação de ata da 2ª Sessão Ordinária de 2019**, a conselheira Inessa Salomão fez correções nas linhas 65 (repetição das palavras “possível” e “recebia”), 131 (CPPD) e 229 (faltou preencher a data do lançamento); em não

20 havendo outras correções, a ata foi **aprovada por unanimidade**. Em seguida, o Presidente pediu a inversão de ponto de pauta da ordem do dia, a fim de tratar primeiramente do **Item 2.3 Regulamento do nome social para servidores do CEFET/RJ**, para que o Professor André Couto pudesse relatar a sua experiência e responder a questionamento dos conselheiros, pois tinha aula às 12h50, o que foi **aprovado por unanimidade**. O Professor André Couto lembrou que a

25 comissão que fez o estudo para o regulamento do uso do nome social para alunos foi composta pelos membros: André Alexandre Guimarães Couto, como presidente, Renato Lanna Fernandez,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Guilherme Vargas Cruz, Jonatas Lima Valle, Inessa Laura Salomão e teve também a participação de representantes do coletivo LGBT do CEFET/RJ; contou que o regulamento foi inspirando na legislação vigente e na experiência de outras instituições federais de ensino; a sua orientação era a

30 de se fazer uma consulta breve a outras instituições a respeito de regulamentos sobre esse tema, pois no caso dos alunos, o único ponto em discussão dizia respeito aos alunos menores de idade; outra sugestão era a de que, caso algum servidor quisesse participar da comissão, que certamente essa presença seria importante para o trabalho da comissão; salientou que essa regulamentação interna já existe em outras instituições, não era nenhuma novidade, e era um tema importante, pois

35 dizia respeito à nossa identidade de instituição pública de ensino. O Presidente disse que o tema não parecia ser afeito às atribuições do Conselho, posto que tratava de servidores, e ponderou que esta seria uma atribuição do Conselho Diretor, ou seria uma questão executiva, e que ao Conselho caberia fazer uma indicação para que o tema fosse tratado no âmbito pertinente. A conselheira Inessa Salomão lembrou que durante os trabalhos da comissão do nome social dos alunos, uma

40 das observações feitas pelos membros era essa questão do nome social para os servidores; dentro da comissão havia dúvida quanto à responsabilidade, a quem caberia fazer esse trabalho, mas a comissão sentiu que era necessário trazer o tema para debate, dada sua importância, e disse concordar que extrapolava as atribuições deste Conselho, mas era um tema que deveria ser discutido, e o seu encaminhamento seria o de remeter o tema ao Conselho Diretor. O conselheiro

45 Renato Fernandez disse que era necessário exercer uma prática de esclarecimento da comunidade de como agir nessas situações, por exemplo, de alunos que usam o nome social, de como se dirigir a esse aluno, que às vezes era apenas por falta de saber como agir; ressaltou que comunidade deveria discutir isso mais livremente, assim como a questão do assédio, mas que não sabia se isso seria feito por meio de palestras ou encontros. A conselheira Dayse Pastore falou que tinha

50 trabalhado muito com a inclusão das mulheres na Ciência, e que havia discutido o tema da inclusão, em todos os formatos, com as alunas, e constatou que, o problema constante era o do feminino em geral, de gênero em geral, e que a maior discussão era a de que as pessoas, na maior parte das



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

vezes, não queriam fazer um registro oficial, mas queriam um acolhimento; comentou que na USP havia um comitê formado por voluntários para acolher essas pessoas e prestar informações, apesar
55 de voluntário, o comitê tinha sempre um psicólogo e um assistente social; e concordou que o CEFET/RJ deveria pensar em uma coisa mais ampla, que acolhesse a todos, alunos e servidores, salientando que, quanto mais formal for o caráter, mais medo gera nessas pessoas, pois era uma questão muito delicada. O conselheiro Christian Nunes disse concordar com a fala da conselheira Dayse Pastore, relatando que tinha lidado com situações como a de transformação, e que era muito
60 difícil e constrangedor para os alunos não serem reconhecidos pelo nome que haviam escolhido para si; falou que concordava que este Conselho poderia fazer uma indicação para o Conselho Diretor na questão do nome social para os servidores, e na questão do assédio, disse que era do seu conhecimento que as mulheres sofriam muito no CEFET/RJ com essa questão, principalmente com departamentos majoritariamente masculinos, ressaltando que o Conselho deveria se sensibilizar
65 com esses casos e encontrar um modo de acolher essas pessoas, não só vítimas de assédio, homofobia, como também do racismo. A conselheira Maria Alice Lima comentou que na assistência estudantil havia alguns projetos, como a Política de Assistência Estudantil, que estava tramitando no Conselho Diretor, em que constava uma proposta para todos os alunos da instituição desse acolhimento, de escuta e dignidade. O conselheiro João Dias concordou com a fala da
70 conselheira Maria Alice Lima, e disse achar importante a criação de uma comissão permanente de acolhimento, comentando que a ADCEFET tinha uma para cuidar da questão do assédio, e ponderou que essa nova comissão poderia estabelecer um diálogo com o trabalho que vem sendo feito na ADCEFET, pois era um problema crítico que atingia a nossa comunidade. O conselheiro Angelo Silva concordou que o tema deveria ir para o Conselho Diretor, e ressaltou que o tema não
75 se limitava apenas para os servidores, pois era necessário uma orientação para todos os cursos do CEFET-RJ, e não só o nome social, mas também a questão do racismo e homofobia, que eram muito fortes na Instituição; comentou que havia uma norma no Manual do Aluno que estava ultrapassada e deveria ser revista, para orientar a Instituição como um todo, para acabar com os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

problemas de assédio, racismo e homofobia na Instituição, e esta talvez fosse uma atribuição deste
80 Conselho. O Presidente observou que havia consenso entre os conselheiros que o regulamento para
o uso do nome social pelos servidores era uma atribuição do Conselho Diretor, e por isso fazia uma
indicação de remeter a sugestão de pauta para o Conselho Diretor, e, quanto aos demais diálogos,
sua sugestão era a de que, como constava no regulamento do Conselho, qualquer conselheiro podia
entrar com pedido de pauta, após o estudo mínimo da matéria, e apresentar sua solicitação à
85 Secretaria do Conselho, e, depois de análise do pleno, seria deliberado se os temas seriam ou não
atribuição deste Conselho; a proposta de indicação foi **aprovada por unanimidade**. Dando
continuidade, o Presidente esclareceu que, devido ao processo de escolha dos novos membros do
Conselho, e da decisão de não haver reunião sem a participação dos membros eleitos, o calendário
de reuniões precisava ser reorganizado e abriu o **Item 2.1 Calendário de sessões ordinária de**
90 **2019** para discussão. O conselheiro Augusto Reis ponderou que a sugestão de data no mês de
outubro coincidia com a semana da SEPEX, e que talvez a data original devesse ser mantida. Não
havendo outras observações, o calendário das sessões ordinárias foi **aprovado por unanimidade**,
mantendo a data da reunião de 31 de outubro. À continuação, passou-se ao **Item 2.2 Apreciação**
do plano de trabalho da Comissão para alteração do Regulamento da Avaliação de
95 **Desempenho para fins de Aprovação em Estágio Probatório e Progressão Funcional dos**
Docentes do Cefet/RJ. O Presidente abriu o item e esclareceu que a mesa não havia recebido o
material referente à discussão. O conselheiro Hilário Gonçalves informou que a comissão se reuniu
no dia 08/08, pois não houve tempo de se reunir antes do recesso, e nesta primeira reunião o
conselheiro João Dias havia sugerido a escolha do presidente da comissão, e que o seu nome foi o
100 escolhido; informou ainda que na primeira reunião foi discutida a necessidade do amplo debate do
tema com todos os *campi*, e algumas decisões foram tomadas, a primeira seria um *link* na página
do CEFET/RJ para que todos os docentes respondessem a um questionário; a segunda questão era
a necessidade de se fazer visitas aos *campi*, seriam duas visitas em cada *campi*, com dois membros
da comissão, para estabelecer um debate com a comunidade; foram planejadas quatro audiências



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

105 públicas no *campus* Maracanã; e a proposta de que seria viável terminar os trabalhos até dezembro e apresentar neste Conselho; explicou que as audiências públicas seriam em cima dos quatro eixos da RAD; disse que ficou aprovado também que, por meio do CONDEP, do CONDMET e das gerências acadêmicas nos *campi*, os colegiados fariam o debate do tema entre si e encaminhariam sugestões para a comissão; ficou aprovada a integração da CPPD à comissão, para efetivar a sua

110 participação; o que foi **aprovado por unanimidade** pelo Conselho. O conselheiro Pedro Manuel perguntou da passagem pelos conselhos, como CONEN e COPEP. O conselheiro Hilário Gonçalves disse que, quando houvesse um feixe de propostas, elas seriam encaminhadas para os respectivos conselhos. O conselheiro João Dias informou que a comissão se reuniria novamente na próxima semana. A conselheira Inessa Salomão pediu a palavra para informar a respeito do

115 bloqueio orçamentário, pois as viagens aos *campi* demandavam diárias, principalmente para os motoristas, e, frente à situação do momento, a comissão deveria encaminhar uma previsão das viagens, para que se pudesse fazer um estudo dos gastos. O Presidente sugeriu que fosse utilizada a videoconferência, lembrando que todos os *campi* possuíam essa ferramenta, para otimizar esses gastos. O conselheiro Bernardo Gomes esclareceu que essas visitas tinham um objetivo muito

120 maior, que era o de sensibilizar a comunidade para a participação no questionário. O Presidente pediu uma questão de ordem, pois, como na reunião anterior ficara aprovado que a comissão deveria que entregar o plano de trabalho para esta reunião, a sua dúvida era se essa aprovação poderia ser feita por e-mail, caso contrário, seria necessário aguardar a próxima reunião, ou então fazer uma sessão extraordinária. O conselheiro Felipe Felix comentou que já havia feito reuniões

125 por videoconferência, que foram excelentes, e colocou à disposição o laboratório de Turismo no *campus* 3. Ficou decidido que, após o envio do plano de trabalho para o e-mail de todos os conselheiros, seria decidida a necessidade de uma sessão extraordinária. Passando ao **Expediente Final, Item 3.1 Assuntos Diversos**, o Presidente passou a palavra para o conselheiro Christian Nunes, que relatou conversas com estudantes do *campus* Angra e suas demandas, dizendo ser um

130 polo alarmante de problemas, com várias dificuldades que não existiam em outros polos; como,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

por exemplo, o ônibus, que não estava mais disponível para transportar os alunos, ou as aulas noturnas para os alunos de engenharia, que não estavam disponíveis e atrapalhava aqueles que precisavam trabalhar; apontou dificuldades no atendimento da Biblioteca, assim como a falta de servidores no *campus*; falou ainda da doença esporotricose que se espalhava pelo sul fluminense e que o polo de Angra tinha muitos gatos, que carregavam essa doença, enfatizando o desleixo que ele observou em sua visita ao *campus*, e era uma denúncia que ele trazia a este Conselho. O Presidente esclareceu o conselheiro Christian que o que ele trazia a conhecimento do Conselho era assunto para um processo administrativo, para que a Administração pudesse investigar e solucionar os problemas; quanto à Biblioteca, informou que havia duas servidoras de licença, e que, na carreira de técnicos-administrativos não havia previsão de contratar um servidor substituto, mas o *campus* iria receber dois terceirizados para ajudar no atendimento da Biblioteca. O conselheiro João Dias pediu um esclarecimento, pois viu na mídia que os reitores do Rio de Janeiro e o CEFET/RJ haviam assinado uma carta de repúdio ao “Future-se”. O Presidente esclareceu que não se tratava de uma carta de repúdio ao programa “Future-se” do Ministério da Educação, mas uma carta dizendo que não havia dados o suficiente para análise do programa, ressaltando que precisavam de maiores esclarecimento, e o que fora feito por parte do Ministério era apenas uma apresentação em powerpoint para os reitores; enfatizou que a grande questão era essa, que não havia esclarecimentos suficientes para discussão com as comunidades, o que se sabia era que a proposta seria feita por adesão; a título de informação, o Presidente disse que havia um grupo de trabalho criado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que discutia a estruturação da educação superior no Brasil, e que passou a ter sua atuação ampliada para todos os níveis de ensino, inclusive nas instituições privadas, e que esse grupo iria apresentar uma proposta para a estruturação da educação para o governo. A conselheira Inessa Salomão informou que dos conselhos superiores que pautaram o “Future-se”, a única moção de repúdio que saíra até o momento era da Universidade Federal do Amazonas, e as demais moções foram a de não adesão ao programa. O conselheiro Christian Nunes disse que na terça-feira os alunos foram às ruas para protestar contra o projeto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

“Future-se”, que era um projeto para a privatização das universidades públicas; falou das instituições que já haviam aprovado moções contra esse projeto, e pediu uma reunião extraordinária do Conselho para analisar esse tema e aprovar uma moção de repúdio. O conselheiro Bernardo
160 Gomes informou que o CEFET/RJ havia sido contemplado com pelo menos três projetos com verbas da FAPERJ (a saber, Equipe Alpha de Fórmula SAE do CEFET/RJ; Fórmula Drone: Utilização de uma competição de Tecnologia de Informação para auxiliar no aprendizado e desenvolvimento tecnológico de estudantes do ensino médio-técnico; Equipe Sátirus de Fórmula SAE e Apoio para Equipe de Baja do CEFET/RJ Participar da Competição Baja SAE Brasil). O
165 Presidente esclareceu que fora criada uma rubrica na FAPERJ para o protagonismo estudantil, e que era bom ver que já estava sendo aplicada. O conselheiro Alexandre Martinez perguntou, a título de informação, como estava o processo de nomeação do nosso Diretor-Geral. O Presidente esclareceu que o processo estava tramitando, que a CONJUR do Ministério da Educação havia dado um parecer favorável que acompanhava a homologação do Conselho Diretor, e disse que não
170 havia previsão, mas, se observado o cenário nacional, a demora não era apenas para o CEFET/RJ. O conselheiro Renato Fernandez falou da reforma do ensino médio integrado, que deveria ter começado esse ano, mas foi adiada por causa da obra do “bandejão”, e como a questão orçamentária afetava o “bandejão”, perguntava a respeito da alternativa a isso. O Presidente lembrou que a reformulação do ensino médio integrado para três anos foi para adequar o *campus* Maracanã, pois
175 todos os demais *campi* já funcionavam em três anos; quanto à alimentação, salientou as bolsas de assistência estudantil que eram oferecidas, e, como era de conhecimento de todos, muitas vezes essas bolsas passavam a integrar o orçamento familiar, o que não deveria; quanto ao contraturno, este já era realizado em um dia, e nos três anos haveria apenas dois dias de contraturno. O conselheiro Renato Fernandez disse que os projetos complementares poderiam extrapolar os dois
180 dias de contraturno, e por isso essa questão era importante. O Presidente constatou que os projetos também já existiam, como, por exemplo, com os alunos da Mecânica, era uma experiência exitosa que estava sendo passada para o integrado. No que dizia respeito ao comunicado institucional



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

referente ao bloqueio orçamentário, o Presidente reconheceu que era difícil, mas o bloqueio de 30% impactou todas as instituições, e praticamente todas elas estavam com dificuldades de custeio, o CEFET/RJ tinha atingido quase os 70% que foram liberados; conforme indicações do Ministério da Educação, as liberações devem ser próximas a 5%, enquanto as instituições estavam precisando de ao menos 14% para encerrar o ano, por isso a decisão de manter as bolsas e os pagamentos dos terceirizados, sendo necessário interromper as rubricas de diárias, passagens, transporte e aquisições de bens e serviços, a fim de se manter a escola aberta; salientou que essa era uma decisão inicial, e que havia sido formado um grupo de trabalho dos dirigentes para discutir o que era possível otimizar, para fazer uma readequação de todos os contratos de serviços continuados; o Presidente informou ainda que a previsão para 2020 era muito próxima ao que tinha acontecido neste ano, por isso a instituição precisava se planejar; na questão de energia elétrica, disse que no próximo ano será lançada uma usina de energia solar, obviamente a medição do impacto só poderá ser constatada no ano de 2021; falou ainda que o CEFET/RJ estava inscrevendo nos editais da Agência Nacional de Energia Elétrica, para que esse projeto atingisse a todos os *campi*; lembrou que, como a nota dizia, se o desbloqueio fosse maior do que o esperado, algumas ações poderiam ser retomadas; como a operação do “bandejão”, o Presidente explicou que o “bandejão” estava praticamente pronto, mas o impacto do custeio afetaria a sua manutenção; reiterou que as medidas tomadas foram necessárias, mas que o CEFET/RJ ainda precisava de mais 5% do desbloqueio para chegar ao fim do ano. O conselheiro João Dias falou que entendia a situação do bloqueio, e sua preocupação era que no documento do ensino médio integrado houvesse o compromisso do “bandejão”, e por isso esse ano não foi possível, mas agora se estava falando em colocar em prática mesmo sem o “bandejão”. O Presidente esclareceu que as bolsas de assistência estudantil estavam mantidas para que o ensino médio integrado pudesse ser iniciado. A conselheira Inessa Salomão salientou que, do ponto de vista de obra, havia dois restaurantes sendo construídos, um no Maracanã, outro em Nova Iguaçu – neste *campus* houve um problema com a exaustão e o restaurante não pôde ser inaugurado –; no Maracanã a obra estava pronta, mas houve uma licitação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

frustrada e se aguardava a nova licitação, ou seja, faltavam equipamentos; a conselheira explicou
210 que do ponto de obra era isso, mas, do ponto de vista orçamentário, o cenário era muito crítico, que
neste ano não havia condição alguma, até porque o recurso para alimentação escolar fora
bloqueado; para 2020, além de repensar o integrado, o CEFET/RJ todo deveria ser repensado, pois
as informações que estavam sendo passadas eram as de que haveria diminuição do orçamento. O
Presidente reforçou que o dinheiro que se recebe do PNAES seria o suficiente para o “bandejão”
215 do Maracanã, mas a opção seria não pagar as bolsas, e as bolsas atendiam a todos os *campi*; frente
a esse cenário, todas as decisões teriam que ser repensadas, assim como o próprio funcionamento
da escola; como essa não era uma decisão de uma única pessoa, o Presidente enfatizou que por isso
a comunidade deveria estar bem esclarecida. O conselheiro Augusto Reis comentou que naquele
momento qualquer planejamento era inviável, e, se não houvesse nenhum desbloqueio, perguntava
220 até onde o CEFET/RJ chegaria. A conselheira Inessa Salomão respondeu que chegava até
novembro, mas o restante ficaria para o ano seguinte. O conselheiro Angelo Silva disse que achava
que competia a este Conselho fazer uma solicitação ao Conselho Diretor e à Direção-Geral para
que a portaria de composição dos Conpus fosse revista, para ter o aumento das cadeiras dos chefes
técnicos-administrativos, pois os Conpus estavam funcionando como colegiados docentes, e os
225 técnicos-administrativos e os alunos não estavam sendo ouvidos, e pediu que fosse registrado em
ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão às catorze horas e oito minutos.
Lavro a presente ata, que segue assinada por mim, Michele Roberta Rosa e Silva, na qualidade de
Secretária, e pelo Presidente, Maurício Saldanha Motta.

230

Maurício Saldanha Motta

Presidente

Michele Roberta Rosa e Silva

Secretária